

Violência e Criminalidade na Mídia e Produção de Subjetividade em Pessoas com Vivência de Prisão¹

Luciane Engel²

Inês Hennigen³

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS

Resumo

O trabalho traz pressupostos teóricos acerca da produção de subjetividade de pessoas com vivência de prisão relacionada com o que é dito sobre violência e criminalidade na mídia. Os pressupostos utilizados estão de acordo com pesquisas já realizadas na área, sobre criminalidade, prisão, subjetividade e mídia os quais são interligados nesta discussão naquilo que os noticiários e programas abordam sobre esta temática. Na mídia, observa-se viés discriminatório para definir o estereótipo criminoso, cabendo discussão acerca da criminalização da pobreza. A análise de discurso na relação de saberes/poderes que se constituem nesta esfera, é importante para pensar questões éticas e políticas da informação. O que é discutido relaciona-se com as possibilidades de outros modos de ser que não são veiculados na mídia, podendo ativar outras narrativas de si e do mundo, constituindo-se em experiência.

Palavras-chave: mídia; produção de subjetividade; criminalidade; prisão.

Corpo do trabalho

Este trabalho tem como objetivo discutir pressupostos teóricos acerca da produção de subjetividade de pessoas que possuem vivência⁴ de prisão relacionada com o que é dito sobre violência e criminalidade na mídia. Com base nos estudos já realizados na área, pode-se considerar que haja efeitos subjetivos nos sujeitos com vivência de prisão. Entretanto,

¹ Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestranda do PPG Psicologia Social e Institucional UFRGS, e-mail: luengel@msn.com.

³ Orientadora da Pesquisa, professora do Curso de Psicologia Social e Institucional UFRGS, e-mail: ineshennigen@gmail.com.

⁴ Walter Benjamin indica diferença entre os conceitos de experiência (Erfahrung) e vivência (Erlebnis). Conforme Lima e Baptista (2013), na década de 30, Benjamin havia concebido a experiência como o conhecimento tradicional, passado de geração em geração, e que vinha definindo com a modernidade. Mais tarde, nos anos 40, ele “trouxe a experiência mais ao campo da sensibilidade, nomeando-a não mais como “experiência” (Erfahrung) e sim como vivência (Erlebnis)” (p.451). A intenção de Benjamin é tensionar criticamente a concepção de conhecimento, verdade e saber localizado no conceito único e empírico da experiência.

não há estudo com estes sujeitos, neste contexto e com esta temática, que aborde objetivamente esta questão e que possa levar a uma análise mais aprofundada sobre estes efeitos e as implicações sociais advindas desta produção. O que torna o estudo relevante, tendo em vista a necessidade de compreender fenômenos sociais produzidos pela transversalidade da cultura e da comunicação. Mas, a abordagem que proponho, através da análise teórica, é possível problematizar questões éticas e políticas que estão em jogo nos discursos midiáticos que falam e fazem falar e que produzem modos de ser e de se conduzir e que possuem papel preponderante na produção de informação sobre a criminalidade e a segurança.

O intuito de realizar a reflexão neste assunto se deve a minha proximidade com a realidade das casas prisionais, trabalhando como psicóloga no setor de saúde e de assistência social na Superintendência dos Serviços Penitenciários do RS. Assim, considerando o universo de questões que emerge na instituição prisional, as observações durante o meu trabalho, principalmente, sobre os acontecimentos que chamam a atenção no modo como fazem funcionar a engrenagem da prisão na tentativa de docilização dos corpos (FOUCAULT, 1987), como, por exemplo, “julgamentos”, concepções e preconceitos colocados em normas, atitudes e falas institucionais e institucionalizadas, instigam o entendimento do jogo de relações em que os atos e enunciados se apoiam e se constituem, relacionando-os para além do “sujeito cognoscente e de uma individualidade psicológica” (FOUCAULT, 2008, p. 70). Como bem colocado por Fischer:

[...]as regras de formação dos conceitos, segundo Foucault, não residem na mentalidade nem na consciência dos indivíduos; pelo contrário, elas estão no próprio discurso e se impõem a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo” (FISCHER, 2012, p.75).

Além da questão de conhecer os saberes que remetem à constituição de verdades hegemônicas, parece-me importante a análise dos efeitos produzidos com o poder do discurso (FOUCAULT, 2008). De forma que se possa entender o caráter político do ato no modo de pensar, de ver e de falar, reproduzidos nas práticas discursivas que ultrapassam as grades da instituição e indicam a existência de outros tipos de prisão no campo social (AMADOR e FONSECA, 2014).

O estudo aponta para possibilidades de existência de outros modos de ser que não são veiculados nas abordagens e ênfases que a mídia faz sobre criminalidade. A narrativa da própria história do sujeito e as circunstâncias do ato criminoso na vida destas pessoas

provocariam outro olhar e afetações acerca do que é dito sobre a criminalidade. Por isso, problematiza-se o que a mídia veicula – formato, falas e conteúdo - como prática discursiva na produção de subjetividade (FOUCAULT, 2008; VOSS, 2011). Entende-se que, na perspectiva foucaultiana, prática discursiva não se reduz a atos de fala ou de signos, mas se refere a regras determinadas no tempo e no espaço - dentro de um campo discursivo no qual é estabelecido o que pode e deve ser dito em relação ao lugar que ocupa neste campo - que expõem as relações de poder existentes no interior do discurso (FISCHER, 2012). Isso significa dizer que é preciso entender o que existe a *mais* no que está sendo dito, não no sentido de buscar um significado oculto e enigmático para traduzir os discursos, mas de entender as relações de saber e poder que se implicam e são colocadas em funcionamento pelo próprio discurso (FOUCAULT, 2008; FISCHER, 2012).

Com isso, salienta-se, na análise da produção de subjetividade, a importância de discutir a visibilidade dos enunciados⁵ que dizem de um modo de pensar a criminalidade. Segundo Fischer (2012), é preciso interrogar a linguagem para situar o que está sendo “dito”, questionando, por exemplo, *(Por) que determinada coisa é dita, do modo que é dita, nesta e não naquela situação*, não no intuito de buscar explicações lineares de causa e efeito, mas no sentido de multiplicar as relações das coisas ditas, de modo que se proceda “[...] a um levantamento da “memória” desse enunciado [...]”, podendo “[...] acompanhá-lo como irrupção, como descontinuidade e como transformação” (p. 80). Para isso, é de suma importância a reflexão sobre o papel da mídia na disseminação de conceitos de um determinado campo discursivo composto por saberes que historicamente produzem o objeto de que falam (FOUCAULT, 2008; RAUTER, 2006), neste caso, a criminalidade. Assim, a análise da produção de subjetividade daqueles que possuem vivência de prisão passa pelo estabelecimento de conexões com aquilo que os sujeitos produzem em termos de resistência (no sentido de outros modos de ser e de viver) e de condutas diante das *páginas policiais* de um jornal ou de programas de televisão que abordam o crime. Trata-se, em suma, dizer que a configuração da criminalidade produzida pelos discursos indica relação de forças que afetam tanto a subjetividade dos sujeitos que passaram por encarceramento como indicam a

⁵ Conforme Fischer, o enunciado não se constitui uma unidade “[...] pois se encontra na transversalidade de frases, proposições e atos de linguagem [...]” (2012, p. 77) e se caracteriza por quatro elementos básicos: um referencial sobre o que está sendo associado, um sujeito que afirma o que é dito, estar correlacionado a outros enunciados do discurso e ter materialidade que o torna concreto, através de falas, imagens, textos.

cronificação de dinâmicas de controle e punição advindas dos dispositivos⁶, na concepção foucaultiana.

Nos discursos midiáticos, é comum observar a abordagem desta temática com um viés discriminatório para definir a existência do estereótipo criminoso, chamada de etiquetamento do crime⁷, ou seja, uma rotulagem social acerca das ações criminosas, que incide na decisão de apuração destas condutas (SELL, 2007). Significa dizer que no etiquetamento do crime, as condutas proibidas praticadas só são apuradas criminalmente por estarem associadas à população desprovida, geralmente negra e pobre, a quem se imputa interpretação de que se tratam de pessoas perigosas (COIMBRA, 2001; SELL, 2007).

Dessa forma, entende-se que são muitos os campos discursivos em torno da violência e da criminalidade (penal, médico, político, segurança pública, etc.), mas um acontecimento que, em especial, chama a atenção na rotina da prisão, é a audiência de programas de televisão que desenvolveram um modo específico de captar a matéria e de apresentá-la, tendo em seu formato a associação entre criminalidade e o combate da mesma (HAMILTON, 2009). Conforme este autor, estes programas utilizam linguagem apropriada ao público que se dirige, geralmente, às classes populares. Neste caso, observei que funcionários e apenados assistem corriqueiramente a programas de televisão que veiculam situações de violência e de crimes. São programas que tem como ponto alto a indicação de severa punição com teor discriminatório e com endereçamento de público (HAMILTON, 2009; OLIVEIRA, 2008). Algumas pesquisas chegam a apontar como resultados deste tipo de abordagem feita pelos meios de comunicação, o acarretamento de insegurança e temor advindo da crença de que se vive em uma sociedade regida pela delinquência (SILVA e FALCONI, 2012).

A violência e a criminalidade, então é assunto constantemente explorado nas mídias, sobretudo, nas mídias televisivas (HAMILTON, 2009), indicando ser um modo de subjetivação por atrair os olhares, inclusive daqueles sujeitos que estão buscando reeditar sua história de maneira diferente daquela que está sendo veiculada. Por isso, as

⁶ “Em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos. E de um certo tipo de gênese com a predominância de um objetivo estratégico” (Foucault, 2000, p. 244).

⁷ Teoria também conhecida como *Labelling Approach*, de origem estadunidense advinda de uma corrente sociológica, que defende a noção de realidade associada mais à construção social e interpretativa dos acontecimentos do que propriamente aos fatos (SELL, 2007).

possibilidades de enfrentamento aos conceitos produzidos nos discursos midiáticos está para além da análise de tais programas, está na discussão sobre os discursos na “[...] vontade que os impele e a intenção estratégica que os sustenta” (FOUCAULT, 1994, p.14), estabelecendo problematizações entre o modo de ser sujeito na população encarcerada e os discursos da mídia.

Violência e Criminalidade na mídia

A abordagem destes conceitos se faz necessária para pensar os aspectos que relacionam violência e criminalidade com desigualdade social, especialmente no âmbito das mídias. Entendendo mídia de acordo como “um espaço que produz e faz circular discursos que contribuem de forma decisiva para nossa subjetivação” (HENNIGEN, 2008, p.167). Ou seja, para além da veiculação de imagens, falas, sons, a mídia também “produz significados e sujeitos” (FISCHER, 2012, p.113), neste caso, relativo ao medo, à insegurança e à punição (XAVIER, 2008).

Esta reflexão se dá em torno do contexto urbano da sociedade contemporânea que parte do pressuposto de que a questão da violência enquanto problema social é geralmente associada a uma identidade criminosa, relativa a grupos sociais.

“Pensar as questões da violência é, muitas vezes, relacioná-las com o crime, o criminoso e a sensação de insegurança. Comumente desse debate, excluem-se as demais relações que promovem ou contribuem para as expressões da violência, sejam elas de classe, sociais, econômicas ou históricas” (XAVIER, 2008, p. 275).

Cademartori e Roso (2010) sugerem a existência de um imaginário social em torno desta questão, dizendo que esse imaginário “[...] possibilita uma significação da realidade, pois a realidade não pode ser percebida por si só, ela necessita de mecanismos que possibilitem sua significação” (p.3); significações, por sua vez, que fundam a identidade de um determinado grupo e mantêm sua união, entendendo que “a construção do imaginário está diretamente ligada à maneira como interpretamos as coisas e os fatos que nos cercam” (idem, p.5). Conforme as autoras, entendendo não serem os únicos, mas como parte do processo de constituição do imaginário social, são inseridos os meios de comunicação de massa, principalmente a TV, que produzem discursos hegemônicos, apesar de que não há por parte dos espectadores uma posição passiva diante do que está sendo veiculado e, sim, uma reorganização do que é transmitido com base em outros discursos.

Xavier (2008) sugere que faz parte dos objetivos da mídia não expor as causas da violência e, sim, a abordagem como efeito e como intenção de controle social⁸, fazendo sentido ser associada à criminalidade. “A mídia processa discursos produzidos em múltiplos campos e re-utiliza saberes de outras autoridades” (HENNIGEN, 2006, p.48), os quais se ligam a um processo de produção de verdades, fixadas de acordo com os objetivos de cada campo discursivo.

Nesta linha de entendimento sobre os modos de subjetivação, trago para pensar a dinâmica da violência relacionada a aspectos econômicos, políticos e culturais que refletem, desde os primórdios da colonização, questões sociais de um funcionamento social que tende à exclusão e à desigualdade (CRUZ e BARBOSA, 2002). Trata-se de uma construção seletiva e desigual observada na divisão hierárquica de grupos por status, poder aquisitivo, escolaridade e, no caso do Brasil, pelo “escravismo e seus desdobramentos” (NATALINO, 2006), situações que pressupõem a ideia de superioridade entre pessoas, resultando no processo de criminalização das classes subalternas (OLIVEIRA, 2003; XAVIER, 2008). Esta reflexão remete à naturalização em associar a criminalidade à condição econômica e cultural da população, especificamente delimitada e categorizada neste recorte de classe – pobres, negros, jovens, favelados e com baixa escolaridade – e que se torna visada pelos atos de repressão do Estado (XAVIER, 2008).

Coincidentemente este é o perfil *quase* lombrosiano⁹ observado nos programas de jornalismo policlesco citados como audiência televisiva nas prisões. Nestes programas transmitidos em TV aberta e de livre acesso, observa-se também modos de endereçamento “que se caracterizam pela relação que o programa constrói com a sua audiência [...] o modo como um texto específico busca estabelecer uma cumplicidade com o espectador” (OLIVEIRA, 2008, p.3). Conforme este autor há pressupostos que definem o “tom” e o estilo na forma de se comunicar, específico ao público alvo, que pressupõe a promessa de transmitir credibilidade a quem assiste, mesmo que as mensagens sejam duvidosas.

Então, entre seduções e identificações, considerando a perspectiva foucaultiana que nos incita ao questionamento de práticas discursivas e suas produções sobre as coisas que podem ser ditas e vistas em determinada época (FISCHER, 2012), entendo que esta relação

⁸ Controle social aqui entendido como “[...]mecanismos que estabelecem a ordem social, disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Assim sendo, assegura a conformidade de comportamento dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados [...] com o intuito de manter determinada ordem” (CORREIA, 2000, p.67).

⁹ “A criminologia” lombrosiana buscava, entre outras coisas, “[...] estabelecer uma divisão entre o ‘bom’ e o ‘mau’ cidadão, numa concepção patológica sobre a criminalidade, que visava justificar a pena como meio de defesa social e com fins socialmente úteis” (PAULA, 2007 *apud* XAVIER, 2008, p.275).

entre mídia e produção de subjetividade possuem o atravessamento de discursos (poder/saber/modos de subjetivação) que fazem a aparecer o “sujeito delinquente” e, apesar das verdades que as narrativas midiáticas produzem e dos regimes de enunciação¹⁰, concordo com a autora de que, se elas são construídas há possibilidade de serem diferentes em novas construções (FISCHER, 2012, p.132).

Prisão

Foucault (1987) em seu trabalho genealógico sobre o nascimento das prisões, *Vigiar e Punir*, levanta questionamentos em torno da benevolente e unânime preocupação com o ser humano (e o povo) na substituição das penas de suplícios por penas *menos cruéis ou tirânicas*. Foucault (1987), nesta complexa análise, ponderou a existência de interesses mais abrangentes do que a humanização na evolução tecnológica das punições. Denota serem objetivos que sugerem a manutenção da lógica punitivista que ele define como ampliação das ações de controle sobre a população.

Em sintonia com a análise foucaultiana, é possível dizer que para além das características arquitetônicas, as medidas panópticas¹¹ que funcionam como ortopedia social através de dispositivos de controle, de isolamento e de educação, também promovem efeitos homogêneos de poder que subsistem na sociedade contemporânea em diferentes discursos (NATALINO, 2006).

Tentando clarear a afirmação de Natalino (2006), pensando a partir da minha experiência profissional, é possível dizer que as relações de poder/saber transformam antigas práticas de punição e controle em novas formas de exercê-las, fazendo circular discursos que as legitimam como melhorias de bem-estar à população. Assim, percebe-se neste funcionamento social, que recrudescem as velhas práticas transformadas em novas tecnologias de vigilância, o jogo de poderes e saberes sobre os quais participam os meios de comunicação, alimentando o imaginário social da violência (CADEMARTORI e ROSO, 2010).

Acompanhando a reflexão de Hennigen (2006), entendo que não só a mídia, mas outros dispositivos *reutilizam* saberes, como as estatísticas e a opinião de autoridades sobre o assunto, para reforçar a ideia de que a realidade social e prisional necessita de mudanças eficazes para alcançar os objetivos de combate à criminalidade e de ressocialização.

¹⁰ Aquilo que se torna possível e justificável falar sobre estes sujeitos (Marcello, 2004).

¹¹ Alusão ao modelo panóptico de arquitetura das instituições totais que permitia visão total dos internados, funcionando como vigilância constante.

Considerando todos os obstáculos que a prisão pode oferecer aos sujeitos, adicionadas às dificuldades pré-existentes que o levaram a esta condição, aos discursos sociais sobre a criminalidade e ao estigma que herdam deste processo, que alternativas restam a estes sujeitos?

Produção de subjetividade

Para refletir sobre os modos de ser sujeito produzidos também nesta relação com a mídia, entendendo mídia como dispositivo de produção de modos de subjetivação (MARCELLO, 2004), neste caso de controle e punição da criminalidade, passo a discutir o conceito da produção de subjetividade com base na perspectiva foucaultiana e na perspectiva ético-estética, procurando conectar tais conceitos ao estudo que se aplica.

Então, por *subjetivação* Silva (2008) entende “[...] o modo pelo qual se constituem determinadas formas de relação consigo e com o mundo em um contexto histórico específico” (p.40). Este conceito está ligado aos modos de produção da existência subjetiva que, na perspectiva ético-estética¹², é entendido como um conjunto de práticas sociais que afetam a maneira como se dá relação com o mundo. De acordo com esta reflexão, entendo que estas práticas sejam constantemente produzidas e postas em movimento de diferentes ordens que sustentam e atualizam relações de poder/saber, o que pressupõe descontinuidades e transformações deste objeto, ou seja, destes modos de produção (SILVA, 2008). Alinhada a este entendimento, Mansano (2009) vai dizer que “o sujeito é um efeito provisório” (p.111), que está em constante devir na interação com modos de subjetivação, estes que contam com a “participação das instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital” (p.111) na produção de modos de ser. Seria o que Guattari e Rolnik (1996) chamam de “agenciamento de enunciação” (p.30) no qual “[...] os processos de subjetivação são fundamentalmente descentrados em relação à individuação [...]” (p.31), ou seja, são agenciamentos que não são centrados em agentes individuais nem em agentes grupais.

Já Hennigen (2006) discute o uso de saberes na produção de modos de subjetivação que elevam dispositivos como a mídia ao status de autoridade, termo empregado pela autora para falar do poder de captura dos discursos midiáticos com a produção de modos de ser calcados nos regimes de verdades que faz circular. Ou seja, seria o uso de saberes que têm

¹² Modo marcado “[...] num processo de invenção de novas coordenadas de produção subjetiva que decidam em favor da afirmação e da expansão da potência do outro [...]” (SILVA, 2008, p.41).

no seu campo discursivo explicações genéricas, causais e lineares para o entendimento das pessoas, suas relações e do ambiente em que vivem.

A subjetividade para a perspectiva ético-estética, segundo Silva (2008) “[...] corresponde à criação de um determinado território existencial que não é nem fixo nem imutável, mas em constante processo de produção [...]” (p. 41) que oscila, de acordo com (GUATTARI, 1986 *apud* SILVA, 2008), produzindo relação de alienação – com valores voltados para si – ou de criação – “que pressupõe uma relação de alteridade” (p.41). Para Guattari e Rolnik (1996) “[...] a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social” (p.31).

Assim, acompanhando a reflexão dos autores/as citados acima, entendo que pensar a produção de subjetividade pela mídia e pela tecnologia da punição (prisão), é pensar modos de subjetivação atravessados por discursos sanitaristas e punitivos (NATALINO, 2006), herdados da Medicina do final do século XIX, que com suas tipologias criminosas que fizeram disparar discursos *lombrosianos* reproduzidos na mídia como rótulo (XAVIER, 2008), nos quais “passa-se a acreditar que o conhecimento da vida do criminoso e de suas características pessoais possibilita dar sentido ao crime” (GUIMARÃES, MENEGHEL e OLIVEIRA, 2006, p. 634).

Com base no que os autores/as discutiram sobre produção de subjetividade, concordo que os alcances desta concepção se traduzem em modos de assujeitamento das pessoas com vivência de prisão. E os riscos de ver sujeitos pensando e agindo conforme foram constituídos pelos domínios da normatização, da culpa, do castigo e da submissão, é de ter um coletivo infantilizado e submisso, que reproduz os conceitos e o que se espera da população excluída: confirmar o que é dito e alertado pelo poder e seus dispositivos (GUIMARÃES, MENEGHEL e OLIVEIRA, 2006).

Conforme Cademartori e Roso (2012) é inegável o poder de influência das mídias, no controle que exercem através da difusão de medo e de julgamentos moralistas que se tornam verdade com a abordagem televisiva. Por isso, enfatizo a importância da observação de Porcello (2009) acerca da plenitude democrática, dizendo que talvez os discursos hegemônicos pudessem sofrer rupturas “[...] com discussões permanentes no País sobre as questões políticas da relação de troca entre o Poder e a Mídia” (p.334). Concordando com este autor, entendo que talvez a participação neste tipo de contexto seja uma questão chave para a constituição de outros modos de subjetivação que possibilitem a produção de

resistências criativas em oposição às resistências reativas¹³ diante das ações de violência e de exclusão (GUIMARÃES, MENEGHEL e OLIVEIRA, 2006).

Considerações finais

Tentei nesta discussão, fazer um apanhado sobre os pressupostos teóricos que se conectam a produção de subjetividade e a mídia especificamente trazendo para pensar alguns discursos que atravessam o que é dito sobre a violência e a criminalidade no Brasil. Trouxe para pensar os pressupostos que dizem da criminalização da pobreza, da produção de insegurança e do etiquetamento do crime como saberes relacionados que produzem a criminalidade. Também abordei aspectos relativos à prisão e seu funcionamento e de como se dá a produção de subjetividade com o referencial teórico na perspectiva ética-estética.

Por fim, com ênfase sobre o imaginário social em torno da criminalidade e das pessoas presas e sua constituição através de dispositivos midiáticos, entende-se, com base nos pressupostos teóricos e na observação cotidiana das cadeias, que este imaginário colabora com a internalização de estigmas que constituem a identidade atribuída para esta população. E a questão que permanece é da possibilidade de dar vazão a outros modos de ser que implicam em outras narrativas acerca de si, apesar das lógicas hegemônicas que operam na produção destes sujeitos.

Referências Bibliográficas:

AMADOR, F. S.; FONSECA, T. M. G. **Entre prisões da imagem, imagens da prisão.** *Psicol. soc.* (Online), 26(1), 74-82, 2014.

CADEMARTORI, A. C.; ROSO, A. **O imaginário social da violência e os discursos telejornalísticos: uma análise discursiva.** I Encontro ouvindo coisas: instituindo outras formas de estar juntos, 2, 2010.

_____. **Violência e crime no jornal nacional: do medo do crime ao controle da ordem.** *Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste - Campus de Foz do Iguaçu*, vol. 14, nº 2 p. 80 -100, 2012.

COIMBRA, C. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

¹³ Conforme Guimarães, Meneghel e Oliveira (2006), “resistência reativa” que consiste em uma relação de negligência no cuidado de si e de alienação frente ao dispositivo, entendendo que a TV “[...] nos agencia na forma de uma interiorização, como uma espécie de correia de transmissão, de plug, de fio, que constitui o próprio dispositivo” (GUÉRON, 2009, p. 461).

- CORREIA, M. V. C. **Que controle social. Os conselhos de saúde como instrumento.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.
- CRUZ, M. V. G.; BARBOSA, A. C. Q. Uma **Abordagem Organizacional na Segurança Pública: Notas para Discussão.** In: Encontro de Estudos Organizacionais, 2. Recife: Observatório da Realidade Organizacional: *PROPAD/UFPE: ANPAD, 1 CD*, 2002.
- FISCHER, R.M.B. **Trabalhar com Foucault: Arqueologia de uma Paixão.** Belo Horizonte: Autêntica editora, 2012.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Tradução de Raquel Ramallete. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. **História da sexualidade I. A vontade de saber.** Tradução Pedro Tamen. Lisboa: Relógio D'Água editores, 1994.
- _____. **Sobre a História da sexualidade.** Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- _____. **A arqueologia do saber.** Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. 7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo.** Petrópolis: Vozes, 1996.
- GUÉRON, R. **O ódio e o medo como dispositivos de controle.** Organizadores: Firmino, R.; Bruno, F.; Kanashiro, M. *Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina*, Curitiba, p. 454-465, 2009.
- GUIMARÃES, C. F.; MENEGHEL, S. N.; OLIVEIRA, C. S. **Subjetividade e Estratégias de Resistência na Prisão.** *Psicologia Ciência e Profissão*, 26 (4), 632-645, 2006.
- HAMILTON, F. A. **Encenações sobre a criminalidade.** *Revista ECO-Pós*, 12(2), 2009.
- HENNIGEN, I. **Subjetivação como produção cultural: fazendo uma outra psicologia.** *Psicologia & Sociedade*, 18(2), 47-53, 2006.
- _____. **A família que aparece na mídia: hegemonia de um modelo.** *Psico*, 39(2), 2008.
- LIMA, J. G.; BAPTISTA, L. A. **Itinerário do conceito de experiência na obra de Walter Benjamin.** *Princípios – Revista de Filosofia*. Natal (RN), v. 20, n. 33 Janeiro/Junho, p. 449-484, 2013.
- MANSANO, S. R. V. **Sujeito, subjetividade e modos de subjetivação na Contemporaneidade.** [Versão eletrônica] *Revista de Psicologia da UNESP*, 8(2), 110-117, 2009.

- MARCELLO, F. D. A. **O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos.** Educação & Realidade, Porto Alegre: UFRGS/FACED, 29(1), 199-213, 2004.
- NATALINO, M. A. C. **O discurso do telejornalismo de referência: criminalidade violenta e controle punitivo.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil, 2006.
- OLIVEIRA, A. S. **A violência e a criminalidade como entraves à democratização da sociedade brasileira.** [Versão eletrônica] Caderno CRH, Salvador, n. 38, p. 239-265, jan./jun., 2003.
- OLIVEIRA, D. D. **Jornalismo policial, gênero e modo de endereçamento na televisão brasileira.** *Colóquio Internacional Televisão e Realidade.* 2008. Available at: <http://www.tvrealidade.facom.ufba.br/colóquio%20textos/Dannilo%20Duarte.pdf>
- PORCELLO, F.A.C. **Telejornalismo e Poder: A moeda política que regula as relações de troca no Brasil.** Estudos em Comunicação, n6, 335-348, 2009.
- RAUTER, C. **Criminologia e subjetividade no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- SELL, S.C. **A etiqueta do crime: considerações sobre o "labelling approach".** Busca Legis.ccej.ufsc.Br, 1-11. Recuperado em 11 de outubro, 2007.
<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/13349-13350-1-PB.pdf>
- SILVA, R.N. **Ética e paradigmas na psicologia social: desafios da psicologia social contemporânea.** In: Ploner, KS, et al., org. Ética e paradigmas na psicologia social [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. p. 39-45, 2008.
- SILVA, D.C.; FALCONI, A.F. **Os meios de comunicação em massa e seu impacto sobre o etiquetamento social.** Anais do Encontro sobre Ciência, Reflexividade e (In)Certeza da Unicruz, Cruz Alta, RS, Brasil, 2012, novembro.
- XAVIER, A. **A construção do conceito de criminoso na sociedade capitalista: um debate para o Serviço Social.** Revista Katálysis, 11(2), 274-282, 2008.
- VOSS, J. **O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira.** Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil, 2011.

